



Na Mídia

17/07/2023 | [Valor Econômico](#)

Mercado de créditos esbarra em regulação e questões fundiárias

Geração de créditos depende de investimentos na casa de U\$\$ 1 milhão

Rejane Aguiar



Fernanda Stefanelo, do Demarest: falta um sistema eficiente de análise da cadeia de propriedades na Amazônia —
Foto: Divulgação

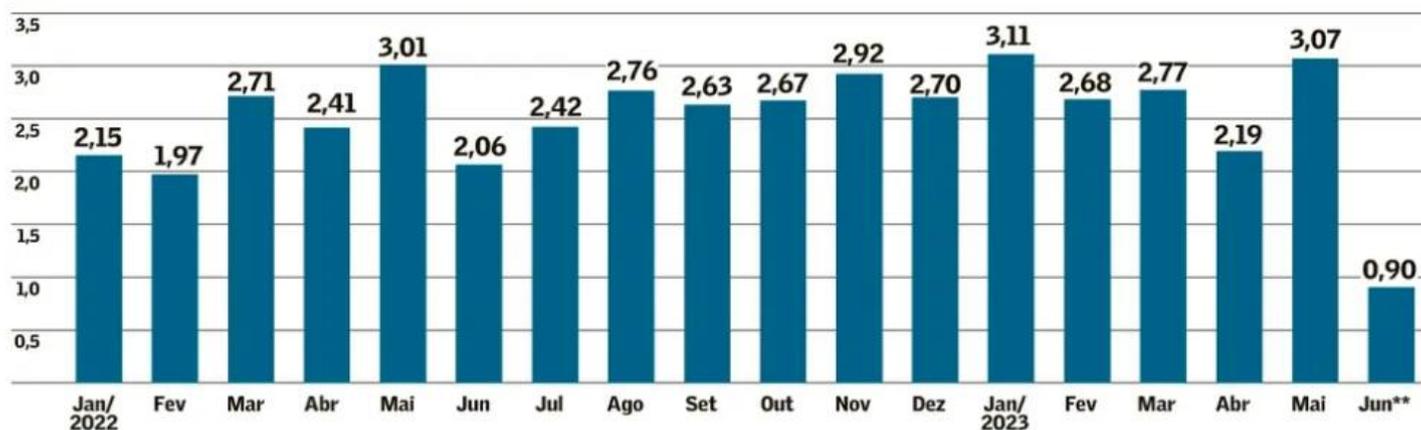
Os créditos de carbono são uma das alternativas para se viabilizar economicamente a preservação da Amazônia. No caso desse bioma, os créditos fazem parte do sistema REDD+, de redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes de desmatamento e degradação de florestas. É no contexto do REDD+, desenvolvido pela Convenção-

Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCC, na sigla em inglês), que hoje são gerados os créditos de carbono que levam recursos adicionais para a preservação da Amazônia.

No Brasil, o mercado de carbono é voluntário, pois ainda não há regulamentação legal. Isso significa que as partes - por exemplo, proprietários de terras na Amazônia e empresas que precisam compensar suas emissões - negociam diretamente preços e condições da transação. Bem diferente de outros países, como os europeus, que há bastante tempo contam com um mercado regulado, com parâmetros de negociação e precificação públicos e transparentes.

Crédito de carbono

Quantidade de CBios* emitidos - em milhões



Fonte: Dados B3 compilados pelo Itaú BBA *Considera todos os créditos de descarbonização emitidos, incluindo os que já foram aposentados. **Primeira quinzena do mês

Essa realidade, no entanto, pode começar a mudar com a intenção do governo de estabelecer um marco legal para esse mercado. Segundo declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o projeto deve ser encaminhado para o Congresso Nacional em agosto.

Um crédito de carbono corresponde a 1 tonelada de CO₂ equivalente (medida que considera também outros gases causadores do efeito estufa, como o metano) que deixou de ser lançado na atmosfera - no caso do REDD+, por redução de desmatamento, controle de degradação florestal, manejo sustentável e aumento de estoques de carbono. Embora não haja dados consolidados no Brasil, já que as negociações são feitas em contratos privados, uma estimativa pouco precisa indica que no país o preço de cada crédito gerado na floresta esteja abaixo de US\$ 20 (cerca de R\$ 96), com valores muito variáveis. Para se ter uma ideia do valor que esse mercado poderia gerar, se o preço bater US\$ 20 por tonelada de CO₂ eq, o desmatamento para pecuária, por exemplo, não compensaria financeiramente, como sugere estudo em andamento do Climate Policy Initiative (CPI).

A geração de créditos de carbono na floresta, porém, esbarra em uma série de problemas. Há a questão do custo, que limita o acesso a esse mercado. A emissão dos créditos depende de elaboração de projeto, auditoria e registro em uma certificadora internacional, processo cujas etapas são remuneradas em dólar. Estima-se que o investimento para geração dos créditos atinja a casa de US\$ 1 milhão (R\$ 4,8 milhões). Além disso, há questões fundiárias históricas ainda não resolvidas, como grilagem de terras, ocupação indevida e conflitos com áreas de preservação e reservas indígenas. Recentemente, o Ministério Público do Pará emitiu nota técnica com recomendações dos procuradores quanto aos projetos de geração de créditos de carbono que envolvem áreas públicas e terras indígenas.

Segundo a advogada Fernanda Stefanelo, sócia de ambiental e ESG do escritório Demarest, ainda falta no Brasil um sistema eficiente de análise da cadeia de propriedades na Amazônia. Esse ponto seria importante para consolidação e transparência de um mercado de carbono no país, afirma.

Mesmo antes da criação de um mercado regulado, segue adiante a geração e venda de créditos na Amazônia no mercado voluntário. Um dos exemplos é o da fazenda Fortaleza Ituxi, uma área de 150 mil hectares (o equivalente a 150 mil campos de futebol) no município de Lábrea (AM). O proprietário, Ricardo Stoppe, conta que começou a pesquisar alternativas para preservar a área em 2011, quando os créditos de carbono ainda valiam centavos de dólar. Hoje, contando também com outras duas áreas, ele gera créditos e faz negociações com grandes empresas estrangeiras que precisam compensar emissões.

A única experiência brasileira com mercado regulado é o RenovaBio, programa de incentivo à descarbonização da cadeia de combustíveis. A base é o CBio, ativo que pode ser comprado e vendido na B3. “Essa estratégia setorial de descarbonização envolve um incentivo à inovação tecnológica, o que ainda falta aos créditos de carbono no contexto do REDD+”, diz João Francisco Adrien Fernandes, da área de agro do Itaú BBA.

